

A CONSPIRAÇÃO DO SILÊNCIO

Áurea da Paz Pinheiro *

Danilo de Oliveira Silva *

Nos últimos vinte anos, as atividades de pesquisa e de extensão têm recebido atenção especial no mundo da Academia. Cursos de Pós-graduação *Lato e Stricto Sensu* e mesmo Projetos de Iniciação Científica vêm se expandindo e melhorando a qualidade dos cursos de História espalhados pelo país. No Piauí, isso, felizmente, já é uma realidade. No entanto, a atividade do historiador fica comprometida diante do estado de conservação das fontes hemerográficas que constituem um material riquíssimo de pesquisa. Esses vestígios, que poderiam estar sendo utilizados pelos pesquisadores, estão lacrados, silenciados nos escombros das instituições responsáveis pela guarda e gestão desses artefatos.

Sabemos que os arquivos permanentes não têm como função apenas armazenar os documentos, mas classificá-los, selecioná-los e conservá-los. Para isso, é preciso que possuam um corpo de técnicos especializados e funcionários conscientes da importância dos documentos que ali estão guardados. Infelizmente, o poder público e a maioria da sociedade civil, ainda, não sabem da importância da conservação desse patrimônio. Os documentos armazenados pelo Arquivo Público fazem parte da história e da memória do Piauí, daí porque não podemos aceitar a inexistência de políticas públicas eficazes que, verdadeiramente, contribuam para a conservação e a preservação desses lugares de memória. Ao historiador cabe não somente “garimpar” as fontes, debruçar-se sobre elas, fazendo a sua hermenêutica, mas engajar-se nessa luta, pressionando o poder público e procurando parceiros que tenham interesse em conservar o patrimônio histórico e cultural de suas localidades, bem como buscar sensibilizar os pesquisadores que desejem ver futuros trabalhos de reconstrução da memória histórica publicados.

No Arquivo Público do Piauí, encontra-se exemplares de jornais datados desde a segunda metade do século XIX. Periódicos guardados em armários de aço, alguns encadernados e lacrados, pois não há condições de manuseio, devido ao estado de conservação, em virtude da falta de uma política de gestão e conservação do acervo.

Enquanto cidadãos e pesquisadores, preocupados com a memória e a história local, estamos realizando um trabalho de identificação e catalogação em fichas, previamente elaboradas, com a orientação de pesquisadores e técnicos em conservação de acervos com suporte em papel da Fundação Casa de Rui Barbosa e da Fundação Biblioteca Nacional, ambas as instituições no Estado do Rio de Janeiro, que, atualmente, são considerados centros de excelência no que tange à política de conservação e gestão desse tipo de acervo. O modelo das fichas com as quais estamos trabalhando contem dados do dia, mês, ano, redatores, perfil político-ideológico, temáticas centrais e o estado de conservação do periódico.

O acervo é rico como material de pesquisa para a história local e nacional. São fontes que nos dizem sobre as imagens e as representações construídas pela intelectualidade piauiense que participou da política brasileira, oferecem-nos valiosas informações sobre os embates políticos entre grupos rivais, bem como da situação econômica e social do Estado. Há, nesses periódicos, destaque para as notícias internacionais, onde encontramos análises interessantes sobre a conjuntura internacional da época.

Nos exemplares *d’Piauí*, sobretudo naqueles de agosto de 1921, há diversos artigos sobre o problema que mais afetava a população local: o analfabetismo. Os intelectuais locais afirmavam que a instrução dos piauienses era urgente, pois demonstrava que o Piauí estava atrasado em relação às outras regiões do país, que já avançavam com políticas públicas para a instrução. Logo, o poder político local devia olhar de forma mais cuidadosa para a educação no Estado. A leitura desses artigos abre chaves de leitura, problemas e hipóteses de pesquisa como, por exemplo, a preocupação da elite intelectual com a falta de instrução da população, o que denunciava, para eles, o atraso do Estado e a pouca importância dada pelo poder público à educação. Assim, percebemos, através desse único exemplo, o quanto se está perdendo em termos de possibilidade de pesquisa e o quanto se perderá, caso esses jornais continuarem nas condições de conservação e guarda nas quais se encontram.

É urgente a montagem de um laboratório de conservação profilática para esse acervo, pois não podemos aceitar que fontes ricas para a compreensão e a construção da história do Piauí não possam ser pesquisadas, exatamente num momento em que as Universidades Federal e Estadual do Piauí estão desenvolvendo políticas de pós-graduação, fomentando a pesquisa sobre a história local. É a memória do Estado que está se perdendo. Assim, se não for tomada alguma providência, como uma política de gestão e de conservação desse acervo, a memória será silenciada para sempre.

O que pretendemos, neste trabalho, que vem sendo desenvolvido em parceria como o Arquivo Público do Estado do Piauí, a Universidade Federal do Piauí, o Centro de Ciências Humanas e Letras, o NUPEM (Núcleo de Pesquisa e Documentação - órgão ligado ao CCHL da UFPI), a ANPUH (Associação Nacional de História – Núcleo Piauí), a FAPEPI (Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí) e CNPq, é diagnosticar a realidade do Arquivo Público do Estado do Piauí, no que se refere ao acesso às informações contidas em seu acervo, como, também, elaborar um guia do acervo com suporte em papel, mais especificamente os jornais do final do século XIX e início do século XX, que se encontram lacrados. O guia será disponibilizado em CD-ROM, publicação impressa e na web, por meio de uma homepage. A promoção de ações educativas, que possibilitem a conscientização da comunidade local para a necessidade de preservar e conservar o patrimônio cultural contido naquela Instituição, é uma das metas da equipe.

Atualmente, o projeto conta com a colaboração de dois pesquisadores, um com bolsa da FAPEPI - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí e outro com recursos do PIBIC/CNPq/UFPI. A proposta inicial era diagnosticar todo o acervo com suporte em papel do final do século XIX até as três primeiras décadas do século XX, no entanto, com os poucos bolsistas que temos, percebemos ser inviável essa empreitada. Resolvemos, então, trabalhar com a catalogação geral do acervo hemerográfico, que está lacrado e em péssimo estado de conservação, e só manusear, para um diagnóstico parcial, o Jornal *O Piauí*, que nos dará condições para sugerir a implantação de um Laboratório de Conservação Profilática de Papel. Para isso, necessitaremos de uma equipe especializada, com

experiência nesta área. Pensamos em recorrer ou ao Arquivo Nacional ou à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, instituições que já possuem tradição na montagem desse tipo de laboratório e no treinamento de pessoal para manusear, de forma mais segura, o acervo, que só depois de tratado, poderá ser microfilmado e digitalizado por instituições parceiras. A idéia é começar com uma visita técnica de profissionais da área de preservação e conservação, que aproveitarão a oportunidade para diagnosticar o acervo, avaliar as dependências do Arquivo, projetar o laboratório e ministrar oficinas sobre manuseio e preparo dos jornais para a microfilmagem e futura digitalização. cremos que devemos envolver os bolsistas, tanto da UFPI como da UESPI e, sobretudo, os funcionários do Arquivo.

Nesse primeiro momento, estamos identificando e catalogando os jornais lacrados e trabalhando, especificamente, com o Jornal *O Piauí*. Para isso, elaboramos um formulário que nos fornecerá as informações necessárias para atingirmos os nossos objetivos.

O acervo do Arquivo Público do Piauí tem problemas quanto a sua organização, nos referimos, especificamente, às fontes hemográficas, objeto de estudo deste projeto. Os catálogos existentes na Instituição não revelam pontualmente o que realmente existe no acervo, daí porque o trabalho inicial foi no sentido de identificar *in loco* as fontes e confrontar a nossa identificação com as já existentes nos catálogos da Instituição, que não estão sistematizados como deveriam, ou seja, não seguem as normas estabelecidas nem pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), nem pelo CONARQ (Conselho Nacional de Arquivos). Daí a grande dificuldade neste primeiro momento da realização da pesquisa.

Ao término desta etapa, foi possível uma visão pontual do acervo, para daí passarmos a compreender a lógica de organização e conservação das fontes hemográficas da Instituição. O que podemos observar é que falta uma política de conservação, mesmo que profilática do acervo, vez que percebemos, por exemplo, que um exemplar do Jornal *O Piauí*, de 1902, está em melhores condições de manuseio que um exemplar de 1923, que já não permite mais manuseio por parte do pesquisador, o que é algo grave e que necessita de providências urgentes, sob pena de perdemos a memória contida naquelas fontes.

Estamos realizando um levantamento geral de todos os jornais lacrados, alguns já sem nenhuma condição de manuseio, além daqueles periódicos acomodados em pacotes, impossíveis de serem tratados, vez que contém somente fragmentos, completamente destruídos pela falta de uma política de conservação.

Assim, percebemos ao longo do percurso, que o silêncio dos museus, dos arquivos, dos centros de documentação contrasta com a eloqüência dos seus acervos, que se prestam à reconstrução da História, pois, face à riqueza que um documento de época representa conseguimos elaborar uma narrativa histórica, não como uma enumeração de fatos colhidos do passado, mas, essencialmente, por meio de um diálogo entre o presente do historiador e passado presente no documento. Sem ser a História Total, o espaço-tempo, selecionado pelo historiador, constitui um significativo apanhado das relações sociais e familiares, das contendas políticas, das crises e postulados econômicos, do movimento cultural, das mentalidades, das decisões de gabinete, das conversas que não vão além do espaço privado. Os ofícios, as leis, as mensagens governamentais, as memórias expressas na oralidade dos velhos, os álbuns de fotografias, as crônicas jornalísticas e os boletins policiais, o convite de uma festa, a propaganda de um partido político ou de um comércio, todos indícios que constituem fontes com as quais o historiador vai dialogar e montar tantas histórias, que ainda estão por serem elaboradas.

Quanto ao Piauí, há uma infinidade de possíveis histórias a serem desveladas. O caráter tardio da formação de historiadores profissionais piauienses em relação a outras regiões do país talvez explique em parte essa realidade.

Reafirmamos que, Indiferentes a qualquer diálogo possível ou não, e aí se avultam os entraves para a construção das *histórias do Piauí*, não existe no Estado uma política consistente de gestão de documentos históricos para pesquisa ou mesmo consulta. O que não é uma peculiaridade piauiense, vez que os Estados já não têm conseguido assegurar sozinhos um plano gestor que dê conta da identificação, preservação e conservação patrimonial ou ainda disponibilização eficiente dos acervos documentais dos arquivos, museus e bibliotecas. Assim, a realidade dos nossos tempos tem condenado ao descaso o

legado cultural que nos foi deixado de outras épocas e com o qual poderíamos, ora nos identificando e confundindo, ora enxergando mais claramente as nossas especificidades em relação a esse passado, construir, de forma mais legítima, uma relação de pertencimento com um mundo, se não sustentado na memória, certamente apoiado numa consciência histórica suficientemente crítica que aponte para o aspecto coletivo da tessitura das narrativas e reforce em nós a idéia de identidade.

Via de regra, o fim de uma sociedade da memória não tem implicado a formação de uma sociedade da História, uma vez que essa última também se encontra ameaçada em meio ao aniquilamento das sobras (matérias ou não) do passado. Os casarões erguidos, quando da época em que mesmo as cidades mais urbanizadas ainda respiravam um ar interiorano, estão sendo demolidos e dando lugar a prédios comerciais; as praças, que, vários domingos atrás, se enchiam com o lazer das famílias, se esvaziam de qualquer significado e terminam depredadas pelo pouco interesse que despertam. Ora, se é assim com o acervo arquitetônico, o que diremos daqueles testemunhos documentados em papel, em especial aqueles mais antigos que se encontram sob custódia dos arquivos públicos estaduais. A impossibilidade de acesso às fontes tem freado o ânimo de pesquisadores, como já afirmamos.

Como amostragem, selecionamos, para a primeira parte do trabalho, o título *O Piauí*, jornal oficial do governo do Estado, com o qual pretendemos diagnosticar o estado físico de conservação do periódico, bem como recolher informações que dêem pistas sobre a política, a economia, a cultura, a sociedade e o cotidiano dos moradores da Capital e do Interior, os interesses da elite de letras, as polêmicas e tensões pelas quais passava o Estado entre o final do século XIX e o início do XX.

Os discursos manifestam anseios, temores e o espírito da sociedade piauiense no contexto político que vai do Império à República, o que se soma a uma economia dinamizada pelos ciclos da maniçoba e depois do algodão. As páginas do jornal trazem os preconceitos das elites constitutivas da “verdadeira sociedade” contra a maioria de marginalizados. É interessante ver a escravidão sendo sagazmente naturalizada no discurso

dos latifundiários de grande expressão política, para anos depois se lançar sob manifestações culturais dos negros “libertos”. As narrativas constam, ainda, das repercussões do feminismo, fenômeno mundial de meados dos anos 1920, que, no Piauí, se apresentou mais tímido, mesmo quando o sujeito da fala acabava sendo uma mulher. As crônicas dos jornalistas piauienses revelavam por sua vez impressões de uma Teresina que, em 1914, vivia “uma pacatez de aldeia”. Nesse passeio pelos discursos presentes nos jornais, encontramos os impactos de acontecimentos internacionais, como a Primeira Grande Guerra (1914-1918), por exemplo. As notas ainda fazem referência à seca de 1915, celebrizada por Rachel de Queiroz; ao movimento de Canudos, que conhecemos pela obra de Euclides da Cunha; à coluna de Prestes.

Claramente percebemos os padrões buscados por essa sociedade, onde o modelo francês sempre esteve presente na moda, nas leituras, na linguagem, nos refinamentos à mesa, chegando às linhas gerais do pensamento científico da época, notadamente marcado pelo Positivismo de Comte. Os postulados de um Racionalismo que se relacionavam com a leitura que os piauienses faziam da realidade, do passado, e com os quais pensavam o futuro. Não raro encontraremos essa elite letrada consumindo a obra de Darwin e Spencer, mas optando por uma literatura marcada por um romantismo exacerbado.

Vale lembrar, ainda, o esforço da imprensa oficial em constituir a imagem do piauiense destacando a uniformidade das suas ações e inserindo-o no contexto da Nação, enquanto patrióticos cidadãos que conquistaram para o Brasil a independência no riacho do Jenipapo. Não poderia faltar, é claro, a propaganda em torno da personalidade dos governantes colocados como os dirigentes do destino do Estado.

* Doutora em História Cultural pela Unicamp. Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal do Piauí e Membro do Colegiado do Mestrado Acadêmico em História do Brasil da UFPI. E-mail: cliocolibri@hotmail.com; cliocolibri@bol.com.br.

* Graduando em História na UFPI e bolsista PIBIC/CNPq.